

HABEAS CORPUS Nº 487.579 - SP (2018/0347584-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : APARECIDO CECILIO DE PAULA
ADVOGADO : APARECIDO CECILIO DE PAULA - SP087684
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SAMUEL FERREIRA RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SAMUEL FERREIRA RODRIGUES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2269485-45.2018.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, custódia essa convertida em preventiva, pela suposta prática do crime descrito no art. 157, §§ 2º, II, e 2º-A, I, do Código Penal.

Impetrado prévio *writ* na origem, o Desembargador relator indeferiu o pleito liminar (e-STJ fls. 99/100).

Na presente ordem, requer o impetrante, inclusive liminarmente, a concessão da liberdade provisória ou a substituição da preventiva por medidas cautelares diversas da prisão.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fls. 106/107).

Prestadas as informações, opinou o Ministério Público Federal pela denegação da ordem (e-STJ fls. 137/139).

É, em síntese, o relatório.

Informações prestadas pelo Tribunal de origem dão conta de que, "a Décima Segunda Câmara de Direito Criminal, por unanimidade, aos 13 de fevereiro último, nos termos do art. 659, do Código de Processo Penal, julgou prejudicado o pedido, por perda do objeto, tendo em vista que, aos 29 de janeiro de 2019, no juízo *a quo*, Samuel foi condenado como incurso no art. 157, § 2º-A, I, do Estatuto Repressivo, às penas de 06 anos, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 16 dias-multa, vedado o recurso em liberdade" (e-STJ fl. 113).

Diante disso, nada mais há que ser apreciado nesta oportunidade, tendo em vista que fica sem objeto o pedido contido no *writ*.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

